



Novas actividades do rural: turismo no espaço rural

Objectivos de Aprendizagem

Após o estudo deste capítulo, o estudante deverá estar apto a:

- Contextualizar a emergência de um novo rural;
- Identificar os movimentos que promovem a atractividade pelo novo rural;
- Caracterizar a diversidade rural a nível nacional;
- Caracterizar a oferta no Turismo no Espaço Rural (TER);
- Caracterizar a procura no TER.

1. Introdução: a emergência de um novo rural

O afastamento entre o rural e a agricultura é hoje consensual: os contornos do rural já não coincidem com a agricultura e a sua diversidade deixou de ser marcada pela geografia dos sistemas agrários e os condicionalismos climáticos e geológicos (Baptista, 2006). De facto, como referido anteriormente (ver capítulo 2: Agricultura portuguesa no contexto europeu), o tecido empresarial agrícola português está extremamente envelhecido, sendo o seu nível educacional igualmente baixo. Por outro lado, o trabalho da terra já não tem uma posição preponderante: a maior parte do rendimento da população agrícola é de origem exterior à exploração, maioritariamente através das pensões e reformas. Predominam, no território nacional, as explorações de pequena dimensão, com uma dimensão média da SAU metade da média comunitária. Este panorama evidencia um afastamento do plano da economia (trabalho, riqueza criada, impacte na economia e nos rendimentos), entre o “rural” e a “agricultura”.

Diversos factores confluíram para esta realidade no contexto nacional. O facto de uma parte significativa da superfície agrícola nacional se encontrar em zonas de montanha ou em locais menos acessíveis no interior do país, fez com que o processo de intensificação da produção agrícola não se tenha verificado em Portugal, ao contrário do que aconteceu em muitos países europeus, em particular no norte da Europa. Por outro lado, na reforma da PAC, de 1992, ao definir novas orientações políticas no sentido de actuação sobre o espaço rural europeu, a Comissão Europeia reconheceu que as concepções de desenvolvimento traçadas para a Europa levavam à desertificação social, económica e cultural de áreas marginalizadas pelas políticas de modernização agrícola e, conseqüentemente, à degradação da paisagem natural europeia. Simultaneamente, reconheceu ao espaço rural funções regeneradoras enquanto forma de inflectir as tendências de crescimento, atribuindo-lhe papel activo no sentido de um desenvolvimento sustentável, através da valorização das suas potencialidades. Por outras palavras, a nova orientação europeia do desenvolvimento agrícola para o desenvolvimento rural fundamentou-se na convicção de que nas zonas rurais atrasadas, as soluções colocavam-se muito mais em termos de diversificação de actividades e desenvolvimento do que em termos de reestruturação agrária, a qual ocorrerá, de modo

natural, à medida que a população activa se reduz, por reforma ou mudança de actividade (ver capítulo 2: Agricultura portuguesa no contexto europeu).

Tendo em conta o atraso estrutural da agricultura portuguesa, enquadrada nas atribuições e desígnios das políticas agrícolas europeias, caberá cada vez mais ao espaço rural português a função de espaço de lazer e de reserva natural (Baptista, 1993). Por outras palavras, a actividade predominante do espaço rural nacional deixa de ser agrícola. Esta abordagem insere-se numa concepção de desenvolvimento rural, em que as preocupações de natureza ambiental estimulam a revitalização das zonas rurais, através da valorização das potencialidades nelas existentes, nomeadamente o seu papel na preservação dos recursos naturais, na salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico, na recuperação e conservação do património histórico e cultural, na mercantilização das paisagens e na utilização de produtos tradicionais de qualidade (Guerreiro, 2001). Se o desenvolvimento agrícola pode ser definido enquanto a melhoria qualitativa e durável da actividade agrícola, o desenvolvimento rural poderá, por analogia, ser definido como a melhoria qualitativa e durável das actividades económicas situadas no espaço rural (Carneiro, 2005).

Assim, a nova economia do desenvolvimento rural tem um potencial multifuncional muito elevado, identificando esquematicamente Covas (2006, p. 116) as seguintes componentes, enquanto novas formas de vivência capazes de dotar o rural de uma nova vida:

1. **A economia do ordenamento e da conservação.** Considera a reposição dos níveis de biodiversidade, a regeneração e conservação dos recursos naturais e o ordenamento e gestão de reservas (Reserva Agrícola Nacional, RAN, criada pelo Decreto-Lei n.º 451/82, revogado pelo Decreto-Lei n.º 196/89; Reserva Ecológica Nacional, REN, criada pelo Decreto-Lei n.º 321/83, com alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.º 93/90 e Decreto-Lei n.º 180/2006), áreas nacionais de paisagem protegida e sítios da rede natura (ver caixa anexa).

2. **A economia da produção e do consumo.** Considera a produção alimentar (de massa, de gama, denominada e biológica), a produção florestal (industrial, de protecção e de recreação) e a produção energética (energias naturais, biomassa e culturas energéticas).

3. **A economia de recreação e lazer.** Considera o turismo em espaço rural, a economia residencial em espaço rural e os novos serviços associados à economia de recreação e lazer e outros serviços de proximidade.

4. **A economia da inovação e do conhecimento.** Considera a informação e redes de conhecimento, a formação e investigação orientada e a inovação e empreendedorismo.

Iremos aqui abordar a proposta do turismo no espaço rural.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A conservação da natureza e o ordenamento do território em Portugal compreende a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a conservação fora de áreas protegidas (instrumentos do ordenamento do território).

Rede Nacional de Áreas Protegidas

A actual legislação portuguesa respeitante a Áreas Protegidas consagra seis figuras classificatórias:

- **Parques Nacionais:** criados em áreas com ecossistemas relativamente inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integram amostras representativas de regiões naturais, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies e de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional.
- **Reservas Naturais:** cujo fim explícito é a protecção de habitats da flora e da fauna.
- **Parques Naturais,** em que se pretende a “manutenção ou valorização das (...) paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.
- **Paisagens Protegidas,** cujo fim explícito é a protecção de habitats da flora e da fauna.
- **Monumento Naturais:** em que se privilegia a “singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais”.

As áreas protegidas de interesse nacional são geridas pelo Instituto da Conservação da Natureza (ICN), recentemente reformulado para ICNB (Decreto-Lei n.º 136/2007).

Conservação fora de áreas protegida em Portugal

- **Reserva Agrícola Nacional (RAN, 1982):** a delimitação das áreas da RAN visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afectação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correcto ordenamento do território (os solos de maior aptidão agrícola representam apenas cerca de 12% do território nacional).
- **Reserva Ecológica Nacional (REN, 1983):** estabelecida com a finalidade de possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

Fonte: ICNB (2008), disponível em: <http://portal.icnb.pt/ICNBPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gestão/Outros+Planos+de+Ordenamento+do+Território/>, acedido em: 21-01-09.

2. A diversidade do rural¹

É consensual dizer-se que não existe um espaço rural, mas sim uma tipologia de territórios rurais, pondo em evidência a extrema diversidade do espaço rural português.

Assim, tendo por base os índices de competitividade agrícola e de dinâmica sócio-económica (ver quadro anexa), identificaram-se 4 grandes territórios (GPPAA, 2003):

- O Ribatejo e Oeste - **Grande Território E**, corresponde à grande zona verde contínua (elevados níveis de competitividade agrícola e global), com algumas ilhas castanhas (Chamusca, Alto Oeste...) onde a dinâmica sócio – económica é mais débil.

- O Alentejo - **Grande Território F**, corresponde à grande zona castanha contínua (elevado nível de competitividade agrícola, mas com frágil competitividade global), com algumas ilhas verdes, associadas aos principais núcleos urbanos, onde a dinâmica sócio - económica é maior.

- O Algarve - **Grande Território G**, revela um padrão geográfico complexo, com o litoral e o Barrocal central verdes (elevada competitividade agrícola e dinâmica global), uma Serra a castanho (elevada competitividade agrícola) no Barlavento e amarela (fragilidade, amenidades rurais) no Sotavento.

Devido à grande extensão das regiões NUTS II Norte e Centro, procedeu-se à sua separação em 4 grandes territórios, agora de acordo com os padrões de especialização agro-florestal. Neste caso, a distribuição geográfica destes padrões reflecte claramente o relevo vigoroso destas regiões, no que se refere não só à presença incontornável da montanha mas também ao carácter atlântico do litoral e ao carácter mediterrânico dos vales interiores do Douro e Tejo. Assim tem-se:

- O **Grande Território A – Montanha do Norte e Centro**, em que dominam as especializações “herbívoros em pastoreio”, frequentemente em polipecuária mas por vezes com clara especialização “bovinos de carne”, “leite” ou “ovinos”; nas montanhas

¹ Secção construída, tendo por base o trabalho desenvolvido por GPPAA (2003), *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, p. 17.



mais interiores emergem as especializações “arvenses (centeio) dominando policultura”; “batata” e “soutos”;

- O **Grande território B – Litoral e Vales Atlânticos do Norte e Centro**, onde dominam as especializações “arvenses (milho) dominando policultura”, “leite”, “hortícolas” e “batata”, bem como, a partir de uma certa distância do litoral, a especialização “vinha”; localmente, nas planícies aluviais do Mondego e do Liz, emergem as especializações “arvenses” e “arroz” e, na Cova da Beira, as “fruteiras” (cereja);

- O **Grande território C – Douro e Terra Quente**, onde dominam as especializações “vinha”, “olival”, “ovinos” e “amendoal”, aparecendo, localmente, em maior altitude, as especializações “fruteiras” (maçã) e “soutos”.

- O **Grande território D – Beira Baixa**, onde dominam as especializações “ovinos” e “olival”, bem como, localmente, as “arvenses e culturas industriais de regadio” (tabaco, na Idanha).

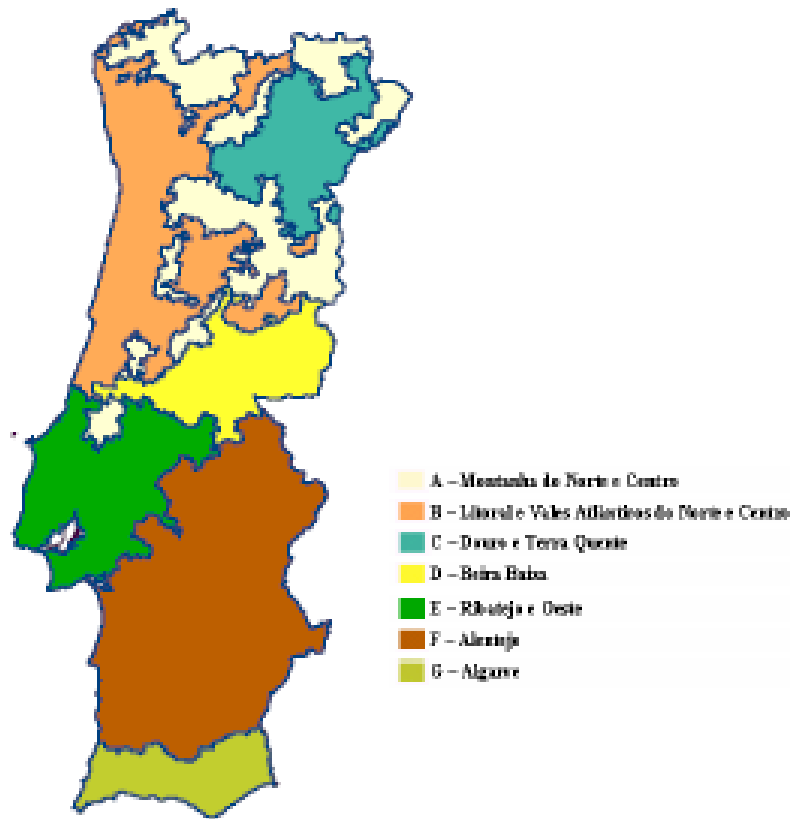


Figura 1: Grandes territórios do Portugal rural.

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política, *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, p. 17.

VARIÁVEIS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE AGRÍCOLA E DE DINÂMICA SÓCIO-ECONÓMICA

- Rendimento do trabalho na agricultura (sem floresta) – um indicador da prosperidade económica da agricultura e da sua capacidade para remunerar factores de produção empregues;
- Peso das explorações de pequena dimensão económica na SAU – indicador de “bloqueio estrutural” da terra;
- Nível de investimento (apoiado) na agricultura entre 1994 e 1999 - indicador da capacidade da agricultura do território para atrair o recurso capital;
- Peso da agricultura profissional (pelo menos uma pessoa a tempo inteiro dedicada à exploração agrícola) na SAU – atractividade da agricultura do território para os recursos humanos;
- Existência (na freguesia) de explorações de média e grande dimensão económica – indicador de prosperidade económica da agricultura e da existência de “núcleos” para ajustamento estrutural;
- Estrutura etária – índice revelador da atractividade geral do território para as pessoas;
- Densidade demográfica – índice revelador da atractividade geral do território para as pessoas;
- Número de empresas não agrícolas em 1999 – densidade do tecido empresarial e atractividade do território para os empresários;
- Índice de poder de compra – índice geral do nível de vida do território;
- Peso da população residente numa exploração agrícola – índice do grau de raridade de oportunidades fora da actividade agrícola.

3. Turismo rural

3.1. A mitificação do campo

A instabilidade social e a evidência das contradições da cidade moderna de matriz funcionalista, com o abandono dos centros históricos, das referências simbólicas que eram a rua, o quarteirão ou a praça, e no crescimento disforme e conflitual de subúrbios e periferias contribuíram para a construção de uma crítica generalizada da cidade moderna (Trigo, 2008). A cidade é guetizada, suburbanizada, fragmentada, cinzenta, poluída, pouco humanizada, impessoal, causadora de stress, de solidão, de insegurança, de pobreza e exclusão. Em contraponto, ao rural elogia-se a capacidade de inter-ajuda e de auto-governo, de bondade e de verticalidade dos resistentes. Neste contexto, a ideologia dominante, essencialmente urbana, corporiza no rural uma boa parte dos lugares míticos de (re)encontro, sendo este percebido como um repositório de um vasto património material e imaterial legado por sucessivas gerações e modos de vida.

Esta nova (re)construção do rural caracteriza-se pela sua excessiva “imaterialização”, desligada da sua função produtora e espelhada na rendibilização das dimensões paisagísticas e patrimoniais, se bem que o fundamental do nosso imaginário da ruralidade assenta paradoxalmente nas paisagens pré-produtivistas, traduzido num belo duro, construído com dor e sofrimento pelos camponeses numa luta estóica pela sobrevivência.

Simultaneamente, as recentes crises alimentares reforçam a inquietação do consumidor em relação à segurança dos alimentos que ingere, sendo esta desconfiança consubstanciada pela despersonalização dos pontos de venda e pelo afastamento, cada vez mais pronunciado, entre o produtor e o consumidor (ver capítulo 1: Comportamento de compra do consumidor face aos bens agro alimentares). De facto, para o consumidor, o alimento de grande consumo é, cada vez mais, percebido como sendo o resultado da aplicação de novas e complexas técnicas de produção e de transformação, as quais ele desconhece e das quais ele duvida. De igual modo, a mistificação publicitária à volta dos produtos alimentares contribui para a ampliação do hiato existente entre as memórias agradáveis do consumidor, em relação ao seu imaginário agrícola, e a realidade de hoje: ao produto alimentar manufacturado encontra-se geralmente associada uma imagem bucólica e campestre, que remete o espectador para as qualidades naturais do alimento e do saber fazer ancestral (Moura, 2006).

Assim, a ideia de um mundo rural não agrícola que importa preservar - ou que se vende - em virtude do seu valor patrimonial apela e atrai a franja mais escolarizada da população urbana que considera o rural como espaço de consumo e não de produção (Covas, 2006; Ferrão, 2000). Há, portanto, lugar para afirmar os “espaços rurais” como “espaços de consumo”. Por outras palavras, é na procura urbana que reside o essencial da evolução futura das áreas rurais onde a actividade agrícola orientada para o mercado não alcança expressão significativa.

De referir ainda aqueles que escolhem estes espaços como local de residência, alguns deles estrangeiros (caso da chegada de estrangeiros vindos do Norte da Europa que, depois do desastre de Tchernobil, em 1986, se têm deslocado a Santa Margarida da Serra, uma das cinco freguesias do Concelho de Grândola, e se instalam com as suas famílias, nos montes abandonados e cedidos pelos proprietários, Santos, 2007); outros



regressados da emigração, a sua maioria em pleno gozo das suas reformas. De referir ainda, a presença de residências secundárias em espaço rural para fim-de-semana que, pelas actividades desenvolvidas pelos seus utilizadores, podem representar uma oportunidade para estes espaços. Os movimentos de população têm sido favorecidos pela melhoria das estradas, que também facilitou a saída da população dos aglomerados rurais, nomeadamente para trabalhar.

Contudo, o desenvolvimento de actividades relacionadas com as novas procuras urbanas, frequentemente são organizadas e geridas por agentes exteriores à população rural, havendo, no entanto, casos em que são promovidas por empresas locais, como são exemplos, os negócios das gasolinhas, das oficinas, da hotelaria e da restauração (Baptista, 2006).

3.2. Caracterização do turismo no espaço rural

De acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2002, de 11 de Março, define-se Turismo no espaço rural (TER) como o conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados em zonas rurais (artigo 1º)². Em Portugal, o TER inclui serviços de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas onde se desenvolvem actividades agrícolas, em casas rústicas, tomadas como exemplares da arquitectura popular tradicional, e ainda em hotéis rurais e parques de campismo rurais. Estes serviços de hospedagem encontram-se repartidos por sete categorias legalmente definidas: turismo de habitação, turismo rural, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais (ver quadro 1).

O turismo de habitação proporciona a estada numa casa senhorial e o convívio com representantes da antiga nobreza de província. O agro-turismo proporciona o contacto com o quotidiano de uma quinta de lavoura. O turismo de aldeia, o turismo rural e as casas de campo proporcionam a estada de uma típica casa de aldeia, residindo a diferença entre estas modalidades no modo como são geridas as unidades e na existência ou não de coabitação entre hóspedes e hospedeiros (ver quadro 1).

² Para uma actualização da legislação associada ao TER consultar: http://www.hoteis-portugal.pt/?data=display_parent.obj&mod=sections&sid=177&list_sid=188http://www.hoteis-portugal.pt/?data=display_parent.obj&mod=sections&sid=177&list_sid=188

Quadro 1: Modalidades de hospedagem TER, de acordo com o Decreto-lei n.º 54/2002, de 11 de Março.

| | |
|-----------------------------------|---|
| Turismo de habitação | Designa-se por turismo de habitação o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma. |
| Turismo rural | Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma. |
| Agro-turismo | Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma. |
| Turismo de aldeia | Serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores, devendo, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local. |
| Casas de campo | Casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores, devendo, pela sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local. |
| Hotéis rurais | Estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais e fora das sedes de concelho cuja população não seja superior a 20.000 habitantes, destinados a proporcionar serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio com fornecimento de refeições. |
| Parques de campismo rurais | Terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5.00 m ² . |

3.2.1. A oferta do TER

Embora com algumas hesitações e dificuldades, nos termos dos dados disponibilizados pelo actual Turismo de Portugal, I.P.³, o TER tem vindo assumir uma

³ O Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de Abril, definiu a missão e atribuições do Turismo de Portugal, I.P., concretizando o objectivo de criar uma única estrutura pública que promova a valorização e

expressão crescente no país. Comparativamente a 1999, o número de estabelecimentos, em todas as modalidades estudadas tem vindo a aumentar, passando de 214, em 1999, para 1.023 unidades, em 2007. De igual modo, o número de camas disponíveis também aumentou, de 5.776, em 1999, para 11.327, em 2007 (ver quadro 2).

Quadro 2: a) Número de estabelecimentos por modalidades e b) número de camas, por modalidades.

a) Número de estabelecimentos por modalidades.

| Modalidades | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 | 2001 | 2000 | 1999 |
|----------------------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|
| Turismo de habitação | 232 | 232 | 248 | 247 | 246 | 224 | 228 | 229 | 214 |
| Turismo rural | 390 | 388 | 416 | 406 | 391 | 358 | 284 | 280 | 262 |
| Agro-turismo | 136 | 138 | 147 | 146 | 147 | 145 | 122 | 119 | 115 |
| Casas de campo | 234 | 229 | 234 | 162 | 148 | 116 | 51 | 40 | 15 |
| Turismo de aldeia | 7 | 7 | 8 | 4 | 4 | 3 | - | - | - |
| Hotel rural | 24 | 18 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total geral | 1.023 | 1.012 | 1.053 | 965 | 936 | 866 | 685 | 668 | 606 |

-: modalidade não considerada.

b) Número de camas por modalidades.

| Modalidades | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 | 2001 | 2000 | 1999 |
|----------------------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Turismo de habitação | 2.719 | 2.678 | 2.838 | 2.775 | 2.733 | 2.677 | 2.371 | 2.375 | 2.183 |
| Turismo rural | 3.893 | 3.847 | 4.099 | 3.884 | 3.676 | 3.256 | 2.379 | 2.347 | 2.208 |
| Agro-turismo | 1.739 | 1.749 | 1.846 | 1.827 | 1.813 | 1.738 | 1.386 | 1.350 | 1.295 |
| Casas de campo | 1.793 | 1.677 | 1.744 | 1.148 | 988 | 763 | 340 | 221 | 90 |
| Turismo de aldeia | 249 | 249 | 265 | 181 | 127 | 99 | - | - | - |
| Hotel rural | 934 | 666 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total geral | 11.327 | 10.866 | 10.792 | 9.815 | 9.337 | 8.533 | 6.476 | 6.293 | 5.776 |

-: modalidade não considerada.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER*.

As unidades em funcionamento, em 2007, pertenciam, na sua grande maioria, às modalidades de turismo rural (38,1 %), casa de campo (22,9 %) e turismo de habitação (22,7 % - ver figura 2). Com excepção das unidades de agro-turismo (-2 estabelecimentos com -10 camas), as restantes modalidades apresentam acréscimos no número de camas, relativamente a 2006, com especial destaque para os hotéis rurais e casa de campo, em que 11 unidades reiniciaram a sua actividade, proporcionando um aumento de 384 camas disponíveis (ver quadro 2).

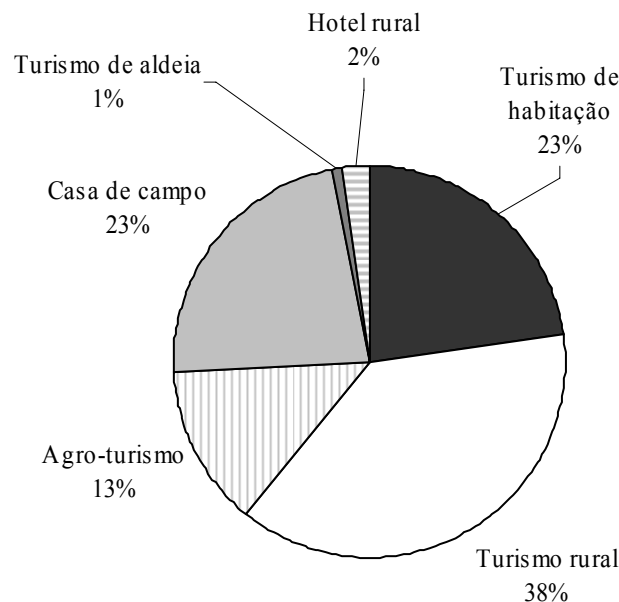


Figura 2: Preponderância de estabelecimentos TER por modalidade, 2007.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER*.

No que diz respeito à distribuição da oferta por NUTS II, verifica-se que tal como nos anos anteriores, é a região Norte aquela que possui maior número de estabelecimentos e maior capacidade de alojamento (número de camas) e a região do Algarve a região com menor oferta deste tipo de alojamento (ver quadro 3). No entanto, foi a região Norte que, em 2007, registou o encerramento de 2 estabelecimentos,

motivando a quebra de 68 camas. A região Centro encontra-se em segundo lugar em termos de oferta, com 22,1 % das camas disponíveis do país, em 2007, apresentando um acréscimo de 147 camas (+ 6,2 %), em relação a 2006. A região do Alentejo (terceira principal região com uma representatividade de 18,6 %) embora tenha ficado, em 2007, com menos 1 unidade em funcionamento, relativamente a 2006, registou um aumento de 92 camas disponíveis.

Quadro 3: a) Número de estabelecimentos por modalidades e b) número de camas, por NUTS II.

a) Número de estabelecimentos por modalidades.

| NUTS II | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 | 2001 | 2000 | 1999 |
|----------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|
| Norte | 448 | 450 | 461 | 429 | 412 | 372 | 283 | 274 | 262 |
| Centro | 224 | 220 | 244 | 240 | 189 | 171 | 132 | 130 | 118 |
| LVT | 27 | 26 | 28 | 31 | 98 | 99 | 95 | 96 | 98 |
| Alentejo | 162 | 163 | 166 | 145 | 124 | 111 | 90 | 84 | 84 |
| Algarve | 31 | 30 | 31 | 30 | 23 | 24 | 19 | 19 | 18 |
| Açores | 82 | 49 | 74 | 47 | 42 | 41 | 31 | 30 | 15 |
| Madeira | 49 | 74 | 49 | 43 | 48 | 48 | 35 | 35 | 11 |
| Portugal | 1.023 | 1.012 | 1.053 | 965 | 936 | 866 | 685 | 668 | 606 |

b) Número de camas por NUTS II.

| NUTS II | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 | 2001 | 2000 | 1999 |
|----------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte | 4.741 | 4.809 | 4.647 | 4.231 | 3.992 | 3.568 | 2.597 | 2.528 | 2.394 |
| Centro | 2.501 | 2.354 | 2.570 | 2.525 | 1.884 | 1.672 | 1.230 | 1.199 | 1.102 |
| LVT | 335 | 281 | 297 | 333 | 1.053 | 1.064 | 981 | 985 | 10..3 |
| Alentejo | 2.102 | 2.010 | 18.880 | 1.649 | 1.402 | 1.239 | 904 | 831 | 844 |
| Algarve | 367 | 323 | 333 | 320 | 241 | 247 | 207 | 207 | 197 |
| Açores | 682 | 504 | 583 | 362 | 383 | 361 | 264 | 250 | 116 |
| Madeira | 599 | 585 | 482 | 395 | 382 | 382 | 293 | 293 | 120 |
| Portugal | 11.327 | 10.866 | 10.792 | 9.815 | 9.337 | 9.337 | 6.476 | 6.293 | 5.776 |

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007*; Direcção-Geral do Turismo (2005), *O Turismo no Espaço Rural 2005*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística.

Por sua vez, o mapa da distribuição das modalidades de alojamento TER (ver quadro 4) mostra que o Turismo rural é a modalidade predominante nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e Algarve, sendo as casas de campo prevaletentes nas regiões autónomas do Açores e da Madeira, enquanto que o agro-turismo predomina no Alentejo.

Quadro 4: Distribuição regional das modalidades de alojamento TER.

| NUTS II | Turismo de habitação | Turismo rural | Agro-turismo | Casas de campo | Turismo de aldeia | Hotel rural | Total geral |
|----------|----------------------|---------------|--------------|----------------|-------------------|-------------|-------------|
| Norte | 113 | 200 | 50 | 73 | 3 | 9 | 448 |
| Centro | 57 | 87 | 29 | 45 | 1 | 5 | 224 |
| LVT | 13 | 12 | - | - | - | 2 | 27 |
| Alentejo | 23 | 48 | 49 | 34 | 2 | 6 | 162 |
| Algarve | 4 | 17 | 3 | 6 | | 1 | 31 |
| Açores | 14 | 19 | 3 | 45 | 1 | | 82 |
| Madeira | 8 | 7 | 2 | 31 | - | 1 | 49 |
| Portugal | 232 | 390 | 136 | 234 | 7 | 24 | 1.023 |

Fonte: Turismo de Portugal (2007, 2006), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER*, p. 13.

Embora os estabelecimentos TER representassem, em 2007, 30 % dos estabelecimentos de alojamento, apresentava, para o mesmo ano, um peso residual de na capacidade de alojamento global: 2 % (ver quadro 5).

Quadro 5: Oferta no alojamento turístico colectivo: número de estabelecimentos, capacidade de alojamento, 2007.

| | Estabelecimentos | | Camas | |
|--------------------------------|------------------|-----------|---------------|----------|
| | Número | % | Número | % |
| Estabelecimentos hoteleiros | 2.031 | 60 | 264.747 | 56 |
| Parques de campismo | 228 | 7 | 183.312 | 39 |
| Colónias de férias | 38 | 1 | 6.138 | 1 |
| Pousadas da juventude | 42 | 1 | 4.392 | 1 |
| Turismo no espaço rural | 1.023 | 30 | 11.327 | 2 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2008), *Estatísticas do Turismo 2007*, INE, Lisboa, p. 41.



3.2.1.1. Traços de identidade da oferta do TER⁴

As modalidades afectas ao TER integram-se numa lógica de aproveitamento e readaptação de patrimónios construídos para fins de alojamento turístico em meio rural. Procuram produzir, numa versão fac-similada e idealizada dos modos tradicionais de construir e de habitar em zonas rurais. De um modo simplista, pode dizer-se que o TER proporciona duas distintas maneiras de estar no campo: uma mais requintada e próxima daquela que se associa a uma nobreza de província, constituída pelos solares e casas apalaçadas, outra mais simples e próxima daquela que se associa aos camponeses com algumas posses, destacando-se as casas rústicas, próprias das unidades afectas ao turismo de aldeia, ao turismo rural, às casas de campo e ao agro-turismo (Silva, 2006). As casas rústicas afectas ao TER têm a particularidade de idealizar o passado rural e de apresentar o campo como um espaço enobrecido pela passagem dos anos, escamoteando os seus aspectos mais incómodos (como é o caso dos cheiros dos dejectos dos animais).

Este desiderato é realizado através de duas fórmulas: pelo aspecto físico das casas e pelo recheio das mesmas. De facto, as casas rústicas têm a particularidade de na fachada e no interior das mesmas apresentarem uma predominância de pedra à vista, com excepção do Alentejo, onde as casas são caiadas e/ou pintadas de branco. Por exemplo, no caso das Aldeias Históricas de Portugal, a arquitectura ocupa um lugar de destaque nos documentos de divulgação das mesmas. Assim, no folheto Aldeias Históricas de Portugal – Cartas de Lazer, onde a propósito de Monsanto se relata que “*As casas de pedra enfeitam-se de sardinheiras coloridas para receberem os visitantes com bons modos*” (<http://www.cartadolazer.inatel.pt/f0.htm>). De igual modo, a edição temática de selos postais promovidos pelos CTT, Aldeias Históricas de Portugal, de 28 de Abril de 2005, evidencia a traça arquitectónica das casas (http://www2.ctt.pt/femce/jsp/app/public/item_image.jspx?systemCode=MCE&tableCode=ITEM&primary1=LOJV&primary2=20050310195&subPrimary=IMAGE_ORIGIN_AL&subIndex=0&width=500&height=500&shopCode=LOJV&itemCode=20050310195). A emblematização das formas tradicionais de construir e de habitar de matriz rural, encontra-se igualmente no contexto das Aldeias da Saudade, situadas na zona do Alto Cavado. No folheto de divulgação da aldeia de Brufe surge a indicação de que se trata

⁴ Secção construída, tendo por base o trabalho desenvolvido por Silva L. (2006), *O turismo em espaço rural: um estudo da oferta e dos promotores*, Working-paper n.º 16, CIES, ISCTE, Lisboa.



de: “...-um pequeno aglomerado de casas graníticas, belos exemplares da arquitectura popular, complementadas com outros elementos tradicionais (espigueiros, eiras, relógios de sol...)”

(<http://www.atahca.pt/website/index.php?iAction=Home&iArea=6&iSubArea=89&iSubArea=95&iItem=1>). Por sua vez, a informação relativa à aldeia de Sarzedas, pertencente ao Concelho de Castelo Branco e inserida nas Aldeias de Xisto, refere que: “Sarzedas distingue-se pelos traços de cor que lhe marcam as fachadas das casas rebocadas a caminho da Fonte da Vila” (<http://www.aldeiasdoxisto.pt/aldeia/3/5/93/131>).

Por sua vez, a decoração no interior procura expressar a identidade marcadamente rural, destacando-se a presença da lareira e de alguns objectos representativos da vida rural (alfaias agrícolas, potes de ferro, artesanato, faianças, cerâmicas tradicionais), os quais fazem parte do imaginário dos turistas. De igual modo, nas casas que procuram recriar um ambiente rústico, o mobiliário e a decoração dos quartos possuem as mesmas características, incluindo camas de ferro, armários embutidos na parede, chãos de pedra e objectos de uso quotidiano (ferros de engomar, gasómetros, penicos, recipientes de cobre), sendo que os elementos religiosos marcam igualmente presença (oratórios, crucifixos). Pretende-se, deste modo, espelhar a forma como se vivia antigamente, os modos de vida e os objectos, mantendo, no entanto, as comodidades do mundo actual. Esta mensagem encontra-se corporizada no discurso publicitário dos promotores turísticos. Eis a descrição de uma casa rústica no Parque Natural de Montesinho: “Esta casa foi uma notável recuperação de uma antiga casa de lavoura, na qual os proprietários mantiveram a fachada em xisto tão típica da região transmontana, transformada num aconchegante alojamento até 6 pessoas ... A casa tira partido, por um lado, da proximidade imediata do espaço urbano de Bragança (12 km), e simultaneamente de um total isolamento proporcionado por um local bucólico de singular beleza, inserido na natureza e longe dos problemas do espaço urbano. Para os que adoram umas férias em natureza sem abdicar do conforto”. Por sua vez, os elementos decorativos das modalidades de alojamento associados ao turismo de habitação, se bem que mantenham o cunho marcadamente rústico, a maioria possui, no entanto, um mobiliário e uma decoração de algum modo requintados, contemplando



cristsais, pratas, tapeçarias, quadros, brasões e retratos de família. A este propósito, considere-se a descrição apresentada pela Associação de Turismo de Habitação - TURIHAB no seu sítio sobre uma das suas modalidades que promove – Casas Antigas: *“Caracterizadas pela sua arquitectura erudita, muitas delas remontam aos séculos XVII e XVIII. O mobiliário inclui muitas vezes excelentes obras de arte que marcam épocas e movimentos da história. Quer se fique alojado na própria casa ou em pequenos apartamentos adjacentes, usufrui-se sempre de conforto e bom gosto”* (<http://www.solaresdeportugal.pt/PT/>).

A par destes elementos associados à tradição, estas casas contêm outros vinculados à modernidade (televisor, telefone, fax, Internet, aquecimento central), bem como equipamentos e actividades de animação, como por exemplo, piscinas, campos de ténis, sala de jogos. Atente-se ao seguinte exemplo relativo à promoção de uma casa associada às Quintas e Herdades pertencente à rede Solares de Portugal: *“Das salas e dos quartos desfruta-se ao perto e ao longe de um belo panorama. A decoração é simples e moderna. No lugar das pequenas casas dos caseiros há seis apartamentos construídos de raiz, modernos e práticos. A mata, o souto, o pomar, o olival, a piscina e o ténis são um convite a uma estadia tranquila e agradável onde a história e a arte contemporânea se harmonizam”* (<http://www.solaresdeportugal.pt/PT/solar.php?casaid=113#TITULO>).

3.2.2. A procura do TER

A procura pelo TER tem tido igualmente um crescimento considerável, ao longo destes últimos, se bem que nos anos de 2003 e 2004 tenha havido uma diminuição (ver figura 3). Em 2007, estimaram-se 665 mil dormidas em empreendimentos de turismo no espaço rural, correspondendo a um aumento homólogo de 165 mil dormidas (+33,1 %).

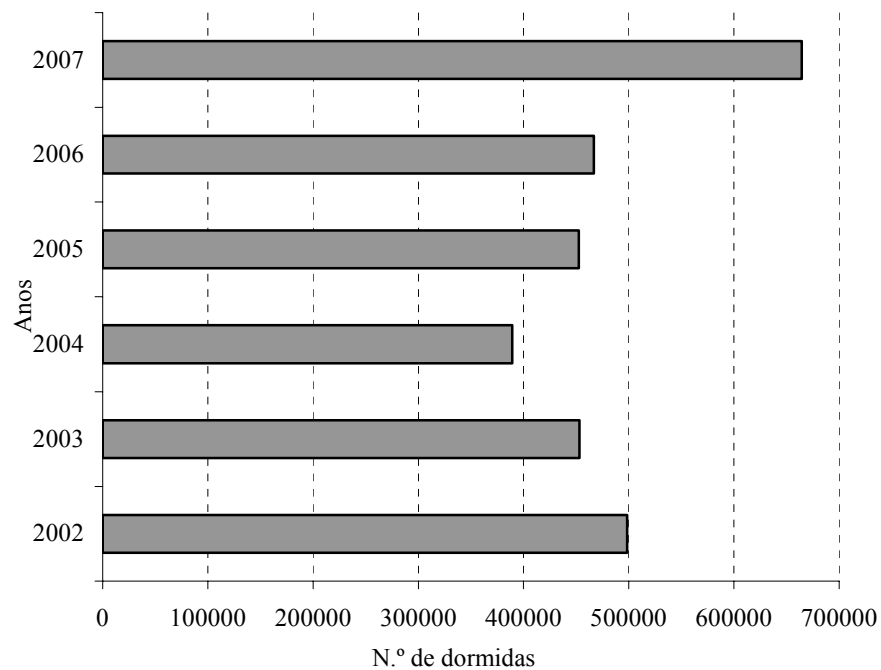


Figura 3: Evolução do número de dormidas no TER.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007* e Turismo de Portugal (2006), *Turismo no Espaço Rural 2006*, Estudos e Planeamento Estratégico Informação Estatística.

No que respeita à nacionalidade dos frequentadores de estabelecimentos TER, constata-se que, em 2007, 55,3 % (367 milhares de dormidas) foram residentes em Portugal e 44,7 % (297 milhares de dormidas) foram oriundos, sobretudo da Alemanha (com 76 mil dormidas, mais 8 mil do que em 2006, da Holanda (com 45 mil dormidas), da Espanha (38 mil dormidas, mais 10 mil dormidas relativamente a 2006) e do Reino Unido (37 mil dormidas), totalizando estes países cerca de 66 % das dormidas de estrangeiro (ver figura 5). O mercado nacional ocupou posição maioritária nas regiões onde a concentração da procura é mais forte, ou seja, Alentejo, Norte e Centro. Nas restantes regiões a situação foi contrária, com destaque para a região autónoma da Madeira, onde os residentes estrangeiros lideraram com 86 % do total de dormidas (ver figura 6).

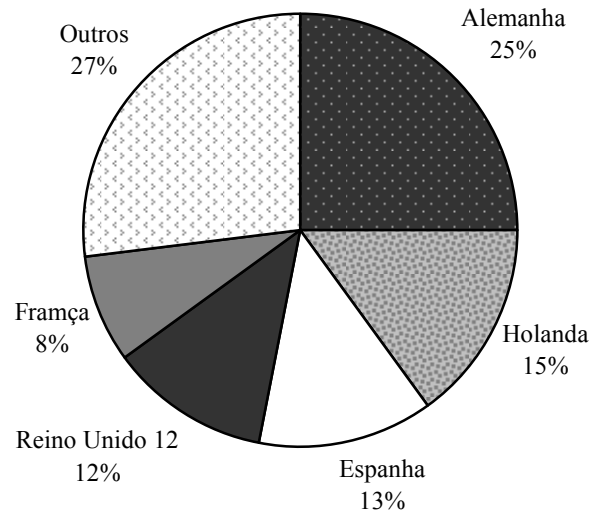


Figura 5: Estimativas dormidas, por mercados estrangeiros, 2007.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007*, p. 9.

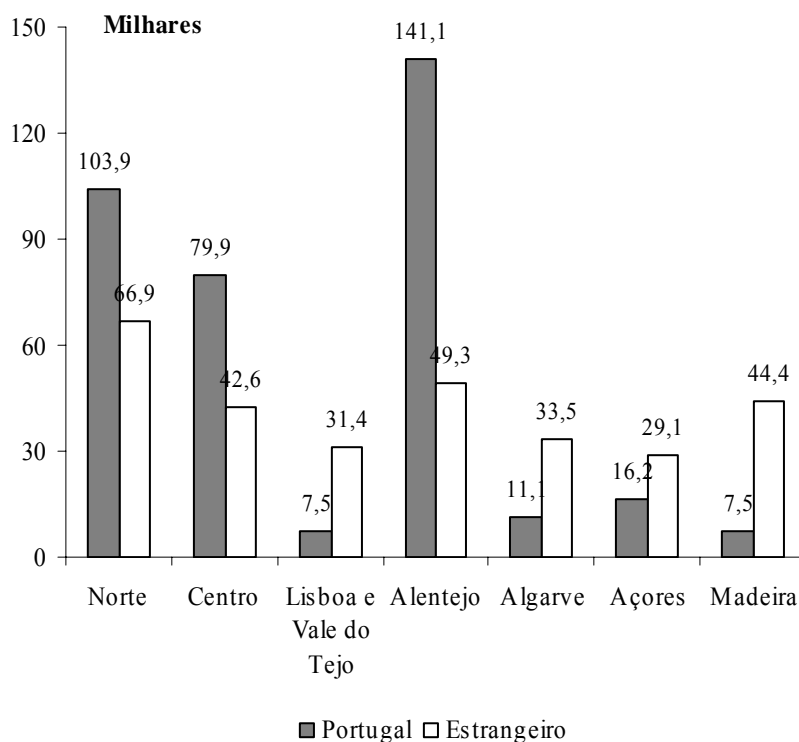


Figura 6: Estimativas dormidas, por NUTS II, 2007.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007*, p. 8.

De facto, a procura das unidades TER em Portugal é fundamentalmente composta por indivíduos provenientes dos grandes centros urbanos, do país e do estrangeiro, pertencentes às classes médias. Trata-se de uma população relativamente jovem, a maioria com idade compreendida entre 31 e 45 anos de idade (sendo bastante reduzido o número de indivíduos com idade superior a 60 anos), sendo que a maioria dos hóspedes exercem profissões intelectuais e científicas, sendo os directores e quadros dirigentes a segunda categoria mais representada (Silva, 2007). A motivação que leva estas pessoas a viajar e a escolher este tipo de unidades prende-se com o desejo das mesmas se distanciarem temporariamente das pressões quotidianas do ambiente citadino em busca do descanso, relaxamento, tranquilidade e contacto com a natureza (Silva, 2007; Kastenholz, 2000). A este propósito, Kastenholz (2000) num estudo sobre o turismo rural no Norte e Centro de Portugal (as regiões de maior oferta), identificou quatro de

turistas: “os entusiastas rurais calmos”; “os entusiastas rurais activos”; “os simples”; “os urbanos”:

1. Os “entusiastas rurais calmos” (31% da amostra) representam um segmento particularmente entusiasta do “espaço rural”, manifestando uma visão algo romântica do mesmo, procurando o “autêntico”, o património cultural, o ambiente despoluído e calmo, a proximidade com a natureza e a integração num estilo de vida mais tradicional e rural. Não procuram o convívio nocturno, nem actividades desportivas ou recreativas. É um segmento relativamente mais idoso, com elevado nível de educação e estatuto sócio-profissional, maior poder de compra, sensibilizado para a conservação do património e constituído maioritariamente por estrangeiros (ingleses, alemães, holandeses, franceses, belgas, brasileiros e americanos), mas contendo também um grande grupo de portugueses (cerca de 40% do segmento). É um grupo que visita o campo regularmente para fins de férias, tanto no país de residência como em outros países, permanecendo principalmente em unidades hoteleiras, mas também em parques de campismo, em pousadas e unidades TER. Este grupo, muito sensível à preservação do património, sugeriu como melhorias possíveis principalmente a oferta de mais e melhores trilhos pedestres, melhor informação e sinalização, a oferta de restaurantes típicos e um acesso mais facilitado ao património cultural.

2. Os “entusiastas rurais activos” (26% da amostra) são também motivados pelo rural, natural e tradicional, mas mais interessados em actividades recreativas e desportivas e em oportunidades de convívio. Exigem geralmente mais infra-estruturas e actividades e receiam o isolamento. É um segmento mais novo, principalmente português (75% do segmento) e com bastante probabilidade de passar férias e fins-de-semana no campo, sendo um segmento já relativamente fiel ao Norte de Portugal, visitando o destino ao longo do ano inteiro. Alojam-se em hotéis, pensões, em casa de amigos e familiares ou casa própria (segunda casa). Este grupo tem uma imagem muito favorável do destino, sugerindo, por outro lado, uma grande variedade de actividades e ofertas desportivas, culturais e recreativas, bem como uma mais animada vida nocturna para tornar o destino mais atractivo.

3. Os “simples” (21% da amostra) procuram principalmente um ambiente natural, despoluído e tranquilo e não valorizam infra-estruturas turísticas, nem o convívio, nem aspectos culturais, receando, pelo contrário uma certa “urbanização” do espaço rural. É um segmento principalmente estrangeiro (60%, principalmente Ingleses, Alemães e Holandeses), mais crítico e menos satisfeito com o destino português visitado, embora sejam turistas rurais experientes, passando férias no campo tanto no país de residência como no estrangeiro. Privilegia o campismo, pensões, hotéis, casas de campo e unidades TER, mudando por vezes o tipo de alojamento ao longo da viagem. Tal como os “rurais calmos” tendem a visitar o destino na época alta e por períodos de tempo mais prolongados. O grupo mostra-se mais adverso a mudanças do meio rural, defendendo veementemente a conservação do património natural e cultural. As melhorias sugeridas incidiam sobre actividades ao ar livre “suaves” (passeios pedestres na natureza, canoeing, natação) ou oferta de restaurantes típicos, visitas guiadas e museus.

4. Os urbanos” (22% da amostra) não demonstravam uma grande apetência pela ruralidade nem pelo destino visitado, procurando infra-estruturas de maior escala, divertimentos e uma variedade de atracções e actividades, eventualmente incompatíveis com um destino rural “autêntico” e calmo. Trata-se de um segmento mais novo e também predominantemente português, apesar de conter também um grande número de estrangeiros (sobretudo Alemães, Franceses, Espanhóis, Ingleses e Holandeses). Este grupo está geralmente menos interessado em férias no campo, utilizou na sua estadia principalmente o “self- catering” (campismo e casa alugada) ou hotéis.. Para melhor satisfazer este segmento, seria necessário investir na oferta de infra-estruturas de turismo e recreio, associadas com motivações hedonistas e mais típicas de destinos mais urbanos.

3.2.3. *Taxas de ocupação-cama: a evidência de uma procura sazonal*

As taxas de ocupação-cama permitem avaliar a capacidade de alojamento média utilizada durante o período de referência, correspondendo à relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes no período de referência.

Ora, se bem que a taxa de ocupação-cama do TER esteja em ascensão nos últimos anos (2007: 17,8 %; 2006: 14,3 %; 2005: 13,6 %; 2004: 12,2 %), mantém-se longe das

taxas dos restantes tipos de alojamento (43,0 % para Portugal). Os hotéis rurais (33,3 %), as casas de campo (22,2 %) e agro-turismo (15,8 %) foram as modalidades que registaram as taxas médias de ocupação-cama mais elevadas e as que alcançaram os acréscimos homólogos mais elevados, com + 5,0 %, +3,9 % e +4,9 % respectivamente (ver figura 5).

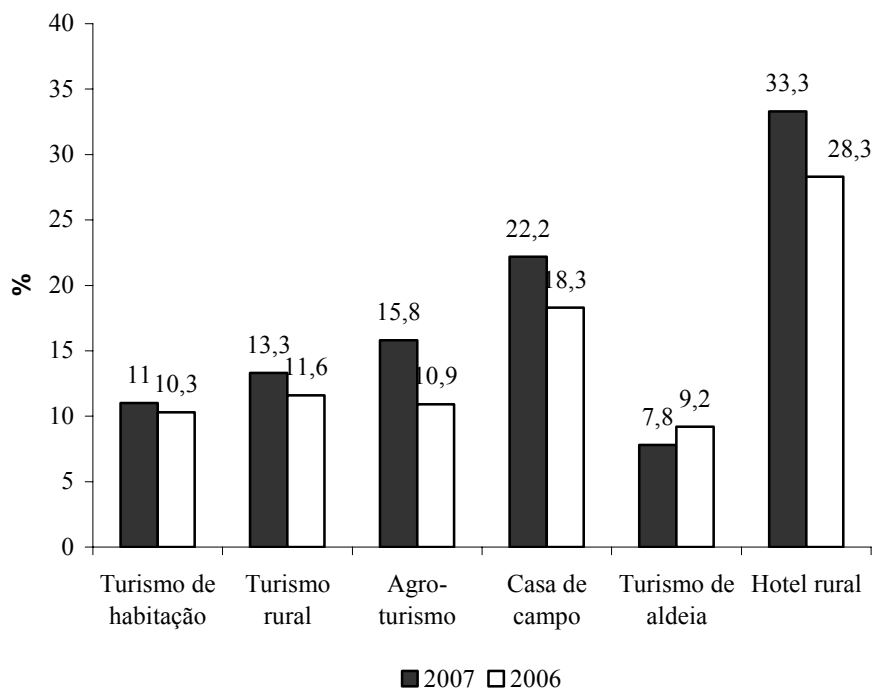


Figura 5: Taxa de ocupação-cama por modalidades, p. 10.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007*.

As regiões do Algarve e de LVT, apesar de representarem cerca de 6 % em termos de oferta (número de estabelecimentos), registaram, em 2007, as maiores taxas de ocupação, 36,7 % e 29,2 % respectivamente (ver figura 7).

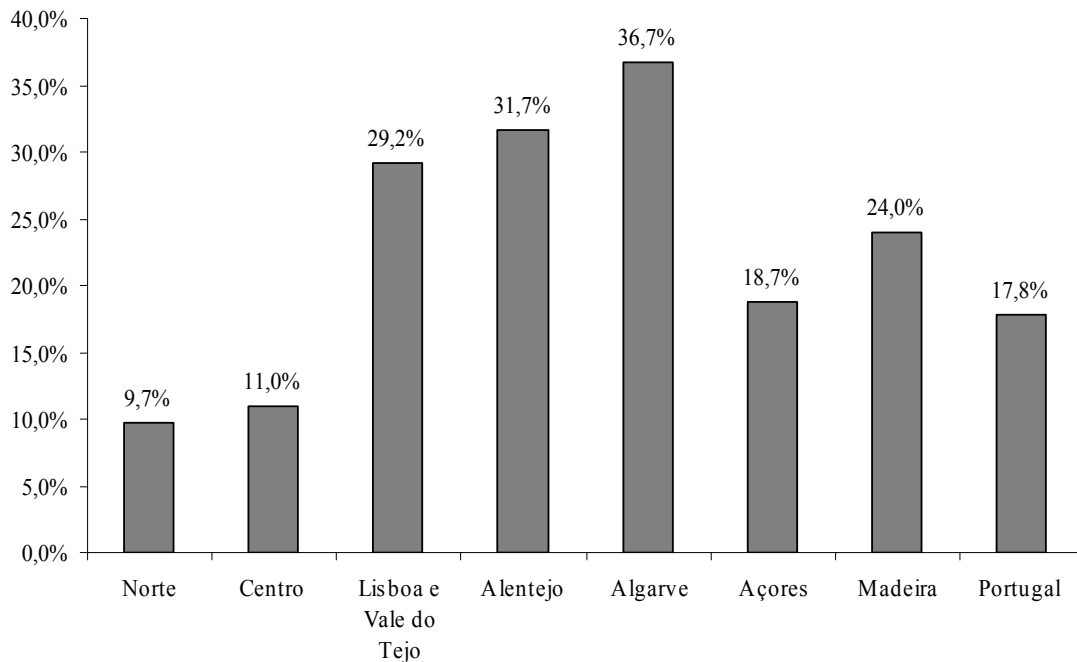


Figura 7: Taxa de ocupação-cama por NUTS II.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER 2007*.

Por outro lado, a sazonalidade é um grave problema para o TER: em 2006, foram os meses de Agosto e de Julho que apresentaram as maiores taxas de ocupação com, respectivamente 30,6 % e 20,8 %. (ver figura 8), atingindo, no conjunto cerca de 32 % do total anual de dormidas. Por sua vez, os meses de Janeiro, Fevereiro, Novembro e Dezembro, correspondendo à estação baixa, são os que apresentam taxas de ocupação inferiores (menos de 10 %).

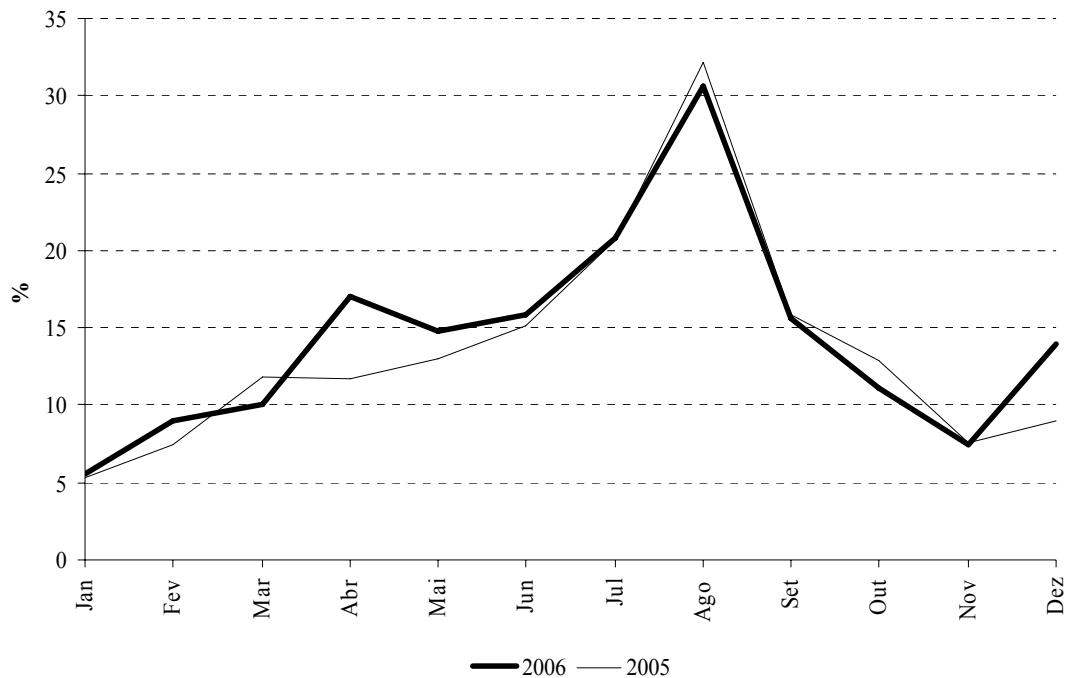


Figura 8: Taxa de ocupação-cama, mensais.

Fonte: Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural 2006*, Estudos e Planeamento Estratégico Informação Estatística.

Esta análise repete-se, em parte, considerando a sazonalidade por região (NUTS II): as regiões do Alentejo, Norte e Centro, que concentraram, em 2006, 70 % do total de dormidas no país, apresentaram uma evolução anual, em termos de ocupação-cama que denotou uma forte sazonalidade, já que o mês de Agosto apresentou, para as três regiões referidas, taxas de ocupação superiores aos restantes meses do ano, com 35,9 %, 25,5 % e 23,5 %, respectivamente seguido do mês de Julho (ver figura 9). O Alentejo apresentou o terceiro maior valor em Maio (27,9 %), enquanto que Setembro ocupou essa posição para a Região Norte (12,1 %) e Abril para a região Centro (12,1 %).

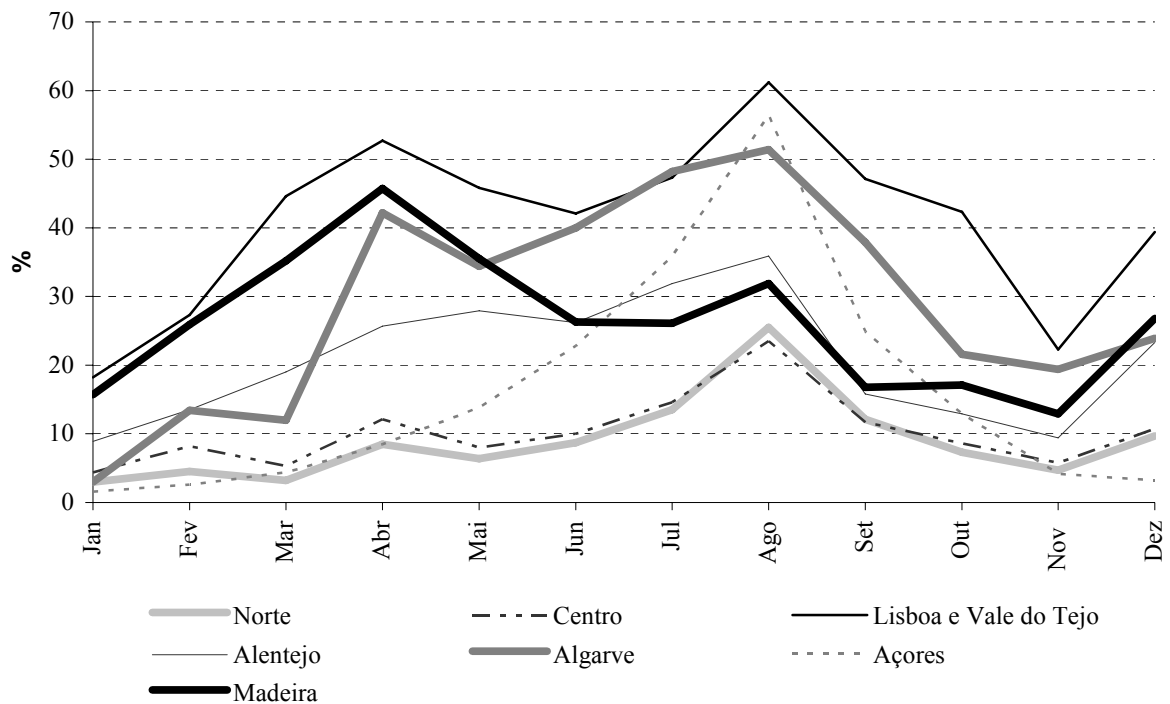


Figura 9: Taxa de ocupação-cama mensais, por NUTS II, 2006.

Fonte: Turismo de Portugal (2006), *Turismo no Espaço Rural 2006*, Estudos e Planeamento Estratégico Informação Estatística.

Finalmente, analisando as taxas de ocupação-cama, por modalidade verifica-se que os hotéis rurais, estabelecimentos TER com taxas de ocupação mais elevadas, em 2007 e 2006 são aqueles onde os níveis de sazonalidade são menos evidentes, o que vem justificar o aumento verificado no número de estabelecimentos nos últimos anos (ver figura 10 e quadro 2).

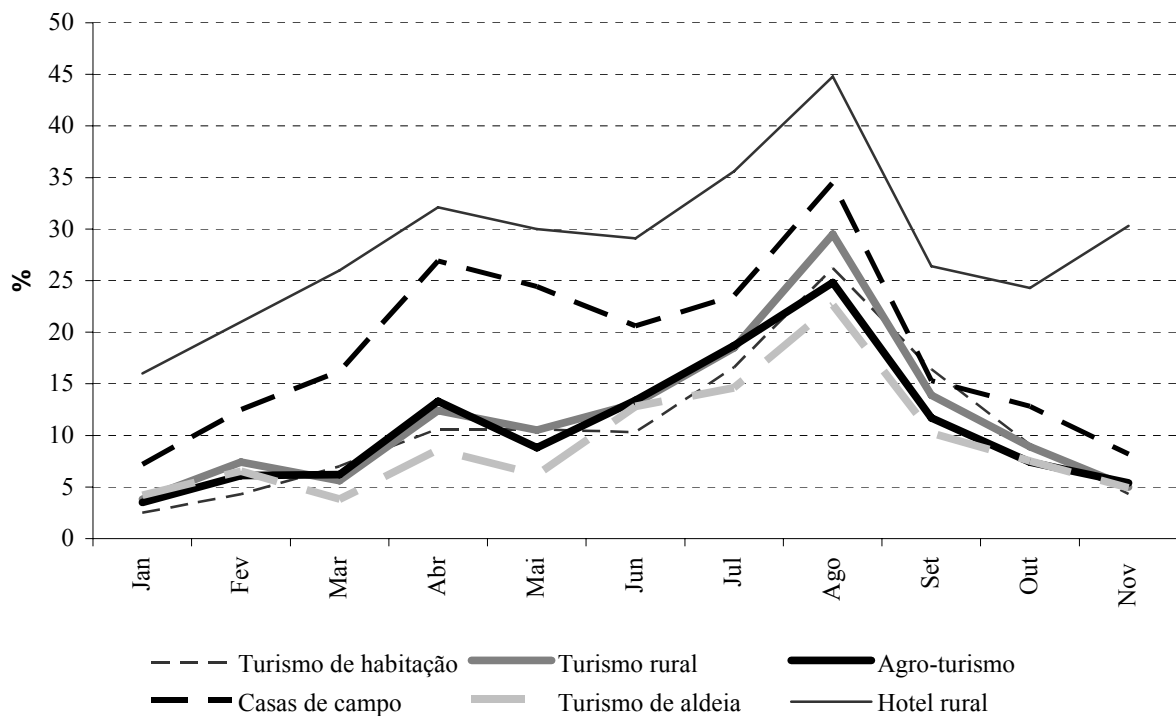


Figura 10: Taxa de ocupação-cama mensais, por modalidade, 2006.

Fonte: Turismo de Portugal (2006), *Turismo no Espaço Rural 2006*, Estudos e Planeamento Estratégico Informação Estatística.

4. Conclusões

A oferta das modalidades afectas ao TER tem vindo a aumentar a um ritmo assinalável: em 2007, estimaram-se 665 mil dormidas, contrapondo com as 498 mil dormidas, em 2003, havendo uma maior concentração das unidades existentes na região Norte do país. A maioria destas casas pertence às modalidades turismo rural e casas de campo. Esta oferta destina-se essencialmente a pessoas pertencentes às classes médias urbanas do país e do estrangeiro, as quais se dirigem ao espaço rural para encontrarem tranquilidade, natureza, tradição e autenticidade, dimensões que não encontram no ambiente onde habitualmente vivem e trabalham.

5. Referências bibliográficas



- Batista, F. O. (2006), O Rural Depois da Agricultura_In Fonseca, M. L. (Ed.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Batista, F. O. (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora de Texto.
- Carneiro, I. F. (2005), O desenvolvimento rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer..., *Conferência: Políticas públicas para o Desenvolvimento*, ISCTE, Lisboa, 16 a 17 de Junho, disponível em: <http://www.cetrad.info/static/docs/documentos/105.pdf>, acedido em: 02-02-09.
- Covas, A. (2006), A Ruralidade do nosso tempo: Decálogo para uma 2ª Modernidade_in Fonseca, M. L. (Ed.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, disponível em: http://www.apavt.net.pt/upload//docs/Turismo_no_Espa%C3%A7o_Rural_-_2005_%5B2%5D_-_Fonte_DGT.pdf, acedido em: 02-02-09.
- Direcção-Geral do Turismo (2005), *O Turismo no Espaço Rural 2005*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticas, Divisão de Recolha e Análise Estatística.
- Ferrão, J. (2000), “Revelações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 45-44.
- GPPAA (2003), Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, disponível em: http://www.gpp.pt/rica/Portugal_Rural_Apresentao.pdf, acedido em: 02-02-09.
- Guerreiro, V. (2001), As medidas agro-ambientais nas políticas de desenvolvimento rural: um estudo de caso, *1º Congresso de Estudos Rurais*, UTAD, Vila Real, 16 a 18 de Setembro, disponível em: <http://www.sper.pt/ICER/DOWNLOAD/3004.PDF>, acedido em: 02-02-09.
- Kastenholz, E. (2000), A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais_In Simões, O., Cristóvão, A. (Eds), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, 203-



216, disponível em: http://www.esac.pt/tern/tern/papers/3-9-Elisabeth%20Kastenholz_a.pdf, acedido em: 02-02-09.

Santos, M. M. R. (2007), O paradigma da ruralidade: o passado e a continuidade identitária, *III Congresso de Estudos Rurais - III CER*, 1 a 3 de Novembro, disponível em: http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema2/M_Raminhos.pdf, acedido em: 02-02-09.

Silva L. (2007), A procura do turismo em espaço rural, *Etnografia*, Maio, 141-163.

Silva L. (2006), *O turismo em espaço rural: um estudo da oferta e dos promotores*, Working-paper n.º 16, CIES, ISCTE, Lisboa, disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP16_Silva_.pdf, acedido em: 02-02-09.

Moura, A. P. (2006), Segurança e Qualidade Alimentares na Perspectiva do Consumidor_ In *Segurança e Qualidade Alimentares: Perigos, Implementação ao longo da Cadeia Alimentar e Percepção do Consumidor*, Cap. 10, Universidade Aberta, Lisboa (formato Cd-rom).

Trigo, H. (2008), Porquê (e razões para) a mitificação do campo, *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Território*, Coimbra, 23 a 25 de Outubro, disponível em: http://www.sper.pt/actas7cier/PFD/Tema%20I/1_4.pdf, acedido em: 02-02-09.

Turismo de Portugal (2007), *Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura no TER*, disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/estudoseestaticas/Anexos/TER-2007.pdf>, acedido em: 28-01-09.

Turismo de Portugal (2006), *Turismo no Espaço Rural 2006*, disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/estudoseestaticas/Anexos/RELATORIO%20TER%202006.pdf>, acedido em: 28-01-09.